

Aula 17

O MOVIMENTO ROMÂNTICO E A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

META

Apresentar os aspetos culturais do Brasil no começo do século XIX.

OBJETIVOS

- Ao final desta aula, o aluno deverá:
 - determinar historicamente as idéias renovadoras que deram origem ao movimento romântico do século XIX;
- Estabelecer as características culturais e lingüísticas do Brasil nas três primeiras décadas do século XIX;
- Reconhecer o movimento intelectual e literário do Brasil e seus reflexos na questão lingüística do português brasileiro.

PRÉ-REQUISITOS

A aula 16, que contém o início do ensino do português no Brasil.

Antônio Ponciano Bezerra

INTRODUÇÃO

Para dar início a esta aula, que vai apresentar um conteúdo lingüístico mais voltado para a realidade da língua portuguesa, no Brasil, nas três primeiras décadas do século XIX, necessário se faz que se retomem algumas idéias já referidas em aulas anteriores, a fim de que a exposição do tema anunciado acima seja clara e coerente com fatos históricos apresentados.

Lembramos que o prof. Serafim da Silva Neto, em obra consagrada ao assunto em questão para esta aula, fixou três fases para a história externa (social e cultural) da língua portuguesa no Brasil. Ao longo dessas fases, como vamos acompanhar, pode-se observar a composição da população brasileira, através do movimento, no espaço e no tempo, dos três segmentos humanos constituídos pelo “branco”, pelo “índio” e pelo “negro”, respectivamente representados pelo colonizador português, pelas etnias ameríndias locais e pelas etnias africanas escravizadas durante quase trezentos anos.

No sentido de dominância, de preponderância, hegemonia sempre crescente, a força colonizadora portuguesa se sobressai. Temos, assim: a) a primeira fase (1532-1654), que representa o início da colonização propriamente dita até a expulsão definitiva dos holandeses do território brasileiro; b) a segunda fase (1654-1808), que vai da expulsão dos holandeses, com o incremento da emigração do reino para a colônia, até a chegada do Príncipe Regente e da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro; c) a terceira fase (1808...), que marca a chegada do Príncipe Regente e da Corte portuguesa, que transformam o Rio de Janeiro na capital do mundo português, aos dias atuais.

Esta aula, portanto, se insere no âmbito da terceira fase da língua portuguesa no Brasil. A transladação da família real para o Brasil, que inaugurou os 13 anos de reinado americano de D. João VI, trouxe conseqüências profundas para a vida da colônia, como veremos mais adiante.

CORTE PORTUGUESA

Fizemos uma referência, antes, à transformação de peso que a mudança da sede da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, Brasil, acarretou. Dentre essas alterações e mudanças de cunho social, a mais significativa foi, sem dúvida, a do fenômeno conhecido por **urbanização** que se pode traduzir como o movimento migratório que as grandes famílias do mundo rural brasileiro, isto é, as elites do campo, empreenderam na direção da cidade, a fim de desfrutar das benesses urbanas e do luxo da corte, agora instalada na cidade do Rio de Janeiro.

Como era de se esperar, desse movimento de urbanização resultou não apenas um impulso cultural do Rio de Janeiro, agora transformado em sede do reino, mas também uma larga ação social que se espalha da cidade para toda a colônia.

Ver glossário no final da Aula

No domínio especificamente lingüístico, a Corte passou a difundir, lentamente mas eficientemente e progressivamente, os fluxos de influência do falar urbano, possibilitando, com isso, a constituição de um tipo de linguagem padrão das classes letradas e alfabetizadas.

Convém frisar que as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal não provêm daí, desse tipo de linguagem padrão das classes cultivadas, mas de raízes bem mais longínquas que remetem à primeira fase da história do português no Brasil (1532-1654), isto é, situam-se no primeiro século da ação colonizadora portuguesa na América. As diferenças que se admitem, brotaram de modo vago, tímido e indeciso, num primeiro momento. Posteriormente, elas surgem de maneira intermitente e perseverante. No entanto, em todo o tempo de sua existência, essas diferenças não passaram de inexpressivas e estereis. Isto não espontaneamente, mas porque o próprio espírito da colônia, conservador e obediente, controlava-as, podava-as, a partir de uma tendência (social, é claro) de se considerar como erro qualquer desvio ou particularidade de uso que não tivesse abono pelo falar português da Corte.

No entanto, parece fora de dúvida que, uma vez postas em contatos diferentes culturas constitutivas da população brasileira (etnia colonizadora, etnias nativas, etnias africanas e etnias migratórias diversas), a língua que acabaria por prevalecer (dominar) sobre as demais, por sua própria condição de língua amparada e sustentada pela força colonizadora e expressão de uma cultura e de uma civilização mais preparada tecnicamente, como o português, não ficaria isenta de modificações que nela haviam de introduzir os falantes (subalternos) de hábitos lingüísticos diferentes.

Não é tarefa fácil determinar a intensidade com que as várias línguas nativas e os vários idiomas africanos influíram no português do Brasil. Só a título de informação geral, muito do que se admite ser influência das línguas indígenas, principalmente nos campos da fonética, da morfologia e da sintaxe, revela, como garante o professor Celso Cunha, insegurança e subjetivismo impressionista, ou mesmo preconceito lingüístico. Em aulas anteriores, já fizemos referência aos campos lingüísticos de maior presença das línguas nativas e africanas: na toponímia, na antroponímia, nos usos, costumes, crenças, moléstias e fraseologias.

Com a eclosão do movimento romântico, ideologicamente voltado para a exploração de temas relativos ao culto da natureza, ao regional, ao pitoresco, na busca de fugir do mundo convencional pautado na razão e nos princípios de universalidade, o temperamento do homem romântico (artista ou intelectual) apóia-se na fé, na liberdade, na emoção, na possibilidade criadora do indivíduo, no passado nacional, no gosto pelas reformas sociais. Todo esse espírito renovador, pleno de novidades e força revolucionária trouxe, na esfera do idioma (o português do Brasil), grandes transformações no campo do vocabulário (léxico) e da sintaxe (construção frasal). Com isso,

aos poucos, o ideal purista dos clássicos vai sendo repudiado, cedendo lugar a uma linguagem mais livre e mais próxima da realidade lingüística brasileira.

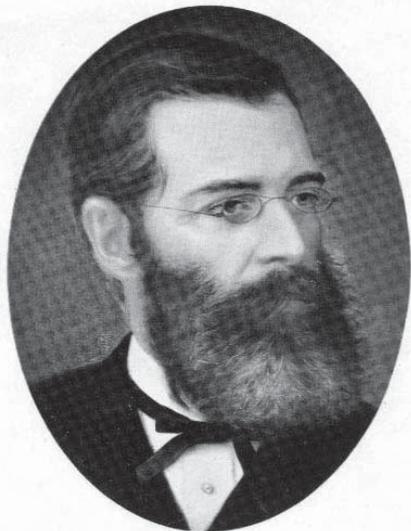
Esse movimento de diferença reconhece José Bonifácio, quando afirma que só com a Independência do Brasil (1822) é que se abre “nova época (época de ventos românticos e libertários) no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa”.

Começa, então, uma nova história do português no Brasil. As gerações pós-independência procuraram construir um padrão lingüístico brasileiro, aliás, como imaginaram ser uma “língua que, rigorosamente portuguesa no material” pudesse diferir “...da linguagem lusa, no que toca à expressão”, isto é, às possibilidades de escolha e de opção.

A essa modalidade brasileira da língua portuguesa, na época, evocada como “português normal” do Brasil, foi assim definida pelo gramático e filólogo brasileiro Souza da Silveira:

Língua portuguesa com pronúncia nossa, e algumas insignificantes divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e possuindo o vocabulário enriquecido por grosso tributo indígena e africano e pelas criações devidas à própria força vital da linguagem.

Se realmente a literatura nacional só começa com os escritores românticos, entre 1840 e 1870, foram eles os primeiros a trabalhar, artística e socialmente, a matéria-prima do que seria, mais adiante, a língua padrão brasileira.



José de Alencar (Fonte: <http://www.gentree.org.br>).

Com esse propósito e com essa orientação, esses escritores românticos desviaram-se, consciente e intencionalmente, dos modelos clássicos portugueses. Esse afastamento resultou em novos moldes assim caracterizados pelo historiador da literatura brasileira José Veríssimo: a) outra é a construção frasal, mais direta, a inversão menos freqüente; b) presença mais constante de tempos verbais compostos, à moda francesa ou italiana; c) uso extremo e até abusiva liberdade ao colocar os pronomes átonos; d) maior extensão de uso a certas preposições; e) emprego de vocábulos ameríndios e africanos já consagrados pelo falar do povo; f) uso insignificante de estrangeirismos léxicos ou sintáticos; g) aceitação plena das alterações semânticas operadas pela fala popular.

Como era de se esperar, essa primeira tentativa de construção de uma língua literária brasileira não foi bem compreendida, daí a avalanche de críticas e de desdêns que recaí sobre vários autores da época. Escritores como Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães e José de Alencar, entre muitos outros, foram, logo, taxados de “autores incorretos, que escreviam mal”.



Jose veissimio (fonte: <http://www.obrigos.com.br>).

Coube, assim, ao movimento romântico, no Brasil, dentre outras tarefas liberais, a de consumir o **liberalismo** lingüístico, à luz da perfeita defesa oriunda, por exemplo, da voz acertada do escritor e ideólogo francês Victor Hugo, nos seguintes termos:

Ver glossário no final da Aula

Uma língua não se fixa nunca. O espírito humano está sempre em marcha, ou melhor, em movimento, e a língua com ele. As coisas são assim. Quando o corpo muda, porque não mudaria o traje? (...) Toda época tem suas idéias próprias, é preciso que ela tenha também palavras próprias para essas idéias. As línguas são como o mar, oscilam continuamente (...) Que fazer? Isso é fatal. É, pois, inútil querer petrificar a instável fisionomia do nosso idioma sob uma forma dada. É em vão que os nossos Josués literários ordenam a língua deter-se; nem as línguas nem o sol não param nunca.

Agora, vejamos a esse respeito, um fragmento de um texto da autoria de José de Alencar, intitulado Língua e Progresso:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada. Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se.

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classicismo.

Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito, de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo.

Deste modo não somente se vão substituindo aquelas dições que por antigas e desusadas caducam, como se estimula o gosto literário, variando a expressão que afinal de tanto repetida se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção do espírito humano, seja simples idéia, arte ou ciência: progredir sob pena de aniquilar-se.

Falemos particularmente da língua portuguesa.

A escola ferrenha, que já se vai em debandada, mas há cerca de vinte anos tão grande cruzada fez em prol do “classicismo”, pretende que atualmente, meado o século XIX, discorramos naquela mesma frase da adolescência da língua, quando a educavam os bons escritores dos séculos XV e XVI.

Não é isso possível; se o fosse, tornara-se ridículo.

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.

Gil Vicente não seria aplaudido se em seus autos falasse a linguagem do tempo de D. Dinis; também o autor dramático que tivesse a ousada pretensão de fazer representar atualmente uma comédia no estilo de Antônio José acharia talvez os expectadores que enchem as nossas platéias, convidados pelos pomposos anúncios; mas auditório, não. O erro grave da escola clássica está em exagerar a influência dos escritores sobre seu público. Entende ela que os bons livros são capazes de conter o espírito público e sujeitá-lo pelo exemplo às lições dos clássicos. É um engano; os bons livros corrigem os defeitos da língua, realçam as suas belezas, e dão curso a muitos vocábulos e frases ou esquecidos, ou ainda não usados.

Mas escritor algum, fosse ele Homero, Virgílio, Dante ou Milton, seria capaz de fazer parar ou retroceder uma língua.



Livros (Fonte: <http://www.releitura.wordpress.com>).

CONCLUSÃO

A partir da década de 1810, portanto, princípio do século XIX, acontece uma série de inovações sócio culturais e lingüísticas movidas pela chegada (transferência) da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento político causa profundas alterações na vida carioca, inclusive com reflexos marcantes nos hábitos lingüísticos locais.

Com a família real portuguesa chegaram ao Brasil mais ou menos quinze mil portugueses que se somam aos vinte e cinco mil habitantes da então eleita sede da Corte lusa – Rio de Janeiro. Como bem observou o professor Serafim da Silva Neto, aludindo a um profundo aportuguesamento operado na nova sede da Corte. A pronúncia lusa decerto serviu como modelo culto para o falar carioca, o que se indica, a partir daí, as inovações e diferenças da fala carioca.

Na esfera das transformações sociais e lingüísticas, acha-se também como fator decisivo o ideário romântico de exaltação nacional, de valorização das origens locais, dos antigos habitantes das Américas e de seu “modus vivendi”. Esse clima de mudanças dá margem à eclosão de todo um espírito de libertação do peso da tradição portuguesa sobre o território brasileiro, resultando num amplo movimento nacionalista com forte concentração na realidade lingüística do país.



RESUMO

A focalização desta aula se limita às primeiras décadas da história sócio-cultural brasileira do século XIX. A partir de 1808, com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, eleita, então, a nova sede Corte portuguesa, todo um complexo de mudanças sociais e lingüísticas vai ocorrer, de modo que, aos poucos, a língua portuguesa falada no Brasil passa a ganhar novos foros de identidade própria.

Nos meados da década de 1830, mais especificamente em 1836, surge a obra poética de Gonçalves de Magalhães, “Suspiros poéticos e Saudades”, que marca o início do movimento romântico no Brasil. Esse fato cultural se alia a dois outros anteriores, isto é, a já referida mudança da Corte portuguesa e a Independência do Brasil (1822), que todos juntos promovem um ideário nacional de libertação de tudo aquilo que lembrava o passado colonial e o peso da metrópole sobre os ventos de mudanças políticas, sociais, culturais e lingüísticas. Essa vontade de mudar alimentava o gosto da diferença entre as duas culturas: a da metrópole e a de cor local, o que resultou num movimento nacionalista defensor da autonomia, do progresso social e da autenticidade lingüística brasileira.



ATIVIDADES

Faça uma leitura cuidadosa desta aula, com especial atenção à passagem transcrita do escritor romântico José de Alencar e procure justificar as seguintes afirmações sobre as necessidades de mudança de hábitos lingüísticos: a) a língua portuguesa do Brasil precisa acompanhar o progresso das idéias e moldar-se às novas tendências do espírito; b) a língua portuguesa do Brasil deve criar termos necessários para exprimir os inventos recentes (da época); c) toda língua, “sem arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros”, deve aceitar algumas novas maneiras de dizer.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para maior domínio do aluno sobre o conteúdo desta aula em função das respostas as atividades acima, deve-se consultar obras da bibliografia e outras que tratem de literatura e história do Brasil durante a 1ª metade do século XIX. Há obras para o ensino médio que tratam dessas questões de maneira bem eficiente. Os alunos devem pesquisar, consultando-as.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1975.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1989.
- ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da língua portuguesa**. V. Século XIX. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de época na literatura**. Rio de Janeiro: Ed. Linceu, 1969.
- SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Pub. Europa-América, 1983.

GLÓSSARIO

Urbanização: Concentração de população em cidades e concomitante mudança sócio-cultural que consiste principalmente na adoção crescente de técnicas científicas de controle social, isto é, na substituição de contatos sociais familiares por contatos sociais institucionalizados.

Liberalismo: Sistema filosófico que consiste numa tentativa de explicação da vida com base na democracia e na realização do bem comum.